



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Inquérito à
Celebração de Contratos de Gestão de Risco
Financeiro por Empresas do Setor Público

Deputado Jorge Lacão

S. Bento, 26 de julho de 2013

**Assunto: Audição, com caráter de urgência, da ministra das Finanças, Maria Luís
Albuquerque na comissão**

No início desta semana, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda solicitou a presença da ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, nesta comissão de inquérito para prestar esclarecimentos sobre os diversos desmentidos que foram efetuados ao seu testemunho. A maioria PSD / CDS-PP chumbou o requerimento do Bloco de Esquerda.

Poucos dias volvidos, decorreram novas audições e novos documentos chegaram à comissão de inquérito, reforçando que a ministra teve conhecimento e foi informada sobre o problema dos swaps ainda em junho de 2011, ao contrário do que indicou. Ficamos igualmente a saber pela voz do ex-presidente do IGCP, Alberto Soares, que até março de 2012, pelo menos, não foram dadas quaisquer indicações a este organismo público tendo em vista a resolução do problema dos swaps.

Tendo esta Comissão já efetuado diversas audições aprovadas por todos os Grupos Parlamentares aqui representados, considera o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda ser este o momento de se retirarem algumas conclusões sobre o processo em escrutínio.

Os deputados desta comissão têm sido confrontados com versões contraditórias sobre os factos ocorridos. Consideramos que os cidadãos merecem um esclarecimento cabal do que aconteceu realmente e foi por isso mesmo que os diferentes grupos parlamentares decidiram criar esta comissão. Numa altura em que o Governo aperta os portugueses com sucessivas medidas de austeridade é totalmente inaceitável que se peçam ainda mais sacrifícios para se pagar prejuízos de contratos especulativos que podem superar os três mil milhões de euros.

Queremos apurar a verdade, corrigir os erros efetuados e encontrar uma solução justa para os cidadãos, libertando-os dos prejuízos causados pela elaboração destes contratos swap.

A atual Ministra das Finanças prestou declarações na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os contratos Swap, agora colocadas em causa. Deu duas garantias essenciais: que na transição de pastas não recebeu informações sobre este processo, dizendo que até ao dia 30 de junho nada lhe tinha chegado às mãos, e ainda que a solução escolhida por este Governo não tinha custado nada aos contribuintes. Ora, os sucessivos depoimentos prestados por outras pessoas nessa mesma Comissão vieram colocar em causa a veracidade das declarações da atual Ministra.

É certo que muitas acusações e epítetos têm sido lançados a sucessivos Ministros da Finanças. Mas não há memória histórica de um Ministro das Finanças em funções ser acusado de prestar falsas declarações a uma Comissão de Inquérito Parlamentar.

A gravidade da acusação não pode ser iludida. O que está em causa é se Maria Luís Albuquerque, que hoje nos governa, que está à frente da gestão orçamental e financeira do país, tentou sacudir a sua responsabilidade na gestão desastrosa do dossier dos contratos swap feita pelo Governo, e se para esse passa-culpas deturpou e omitiu factos e dados no seu depoimento na Comissão de Inquérito.

Por outro lado, Maria Luís Albuquerque garantiu aos cidadãos, em sede desta comissão, que a estratégia adotada pelo Governo de cancelamento dos contratos «não vai custar dinheiro aos contribuintes», no dia 25 de junho de 2013. «A resolução do problema desta forma não custou dinheiro aos contribuintes e não aumentou a dívida», garantiu. Contudo, sabe-se agora que o fecho das posições positivas do IGCP rendeu 830 milhões de euros e o Governo anunciou ter pago já mil milhões de euros pelo fecho dos

contratos. Ainda faltam contratos com perdas potenciais de cerca de 1.500 milhões de euros para serem fechados. Concluímos assim que, mais uma vez, a informação prestada pela atual Ministra das Finanças é falsa. Já no dia 25 de junho, Maria Luís Albuquerque disse, em resposta ao Bloco de Esquerda, que o montante pago pelo fecho dos contratos ultrapassava já os 900 milhões de euros. Ou seja, a fatura para os contribuintes estava perto dos 100 milhões de euros, facto negado pela atual ministra.

Urge que esta comissão seja totalmente esclarecida sobre a negociação levada a cabo pelo Governo, o impacto para as contas públicas, o défice, a dívida e o balanço das empresas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com caráter de urgência, a audição da ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque nesta comissão.

A Deputada do Bloco de Esquerda,



Ana Drago